

## Sociedade opina sobre as prioridades da Justiça em 2019



der Judiciário e das políticas judiciárias do CNJ.

A resolução prevê uma série de modalidades de participação democrática, como mesas de diálogo coordenadas à distância pelo CNJ, videoconferências, audiências públicas, fóruns e encontros, ouvidorias, entre outras. De acordo com o Departamento de Gestão Estratégica do CNJ (DGE), no ano passado, o primeiro em que foi exercida a gestão democrática com base na norma, 80 dos 90 tribunais apresentaram, ao CNJ, documentos que evidenciam a realização de eventos participativos para construção das metas nacionais.

A consulta pública virtual foi realizada pelos Tribunais de Justiça da Bahia, Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal e Territórios, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Tocantins e Sergipe. Ao acessar a plataforma, os cidadãos são apresentados aos desafios propostos aos diferentes ramos de Justiça. Por exemplo, para o aperfeiçoamento da Justiça criminal, o cidadão pode eleger uma das três prioridades: realizar videoconferência para au-

diências de presos, expandir a estrutura do depoimento especial para crianças e adolescentes vítimas de violência ou implementar o processo judicial eletrônico para atender às unidades criminais.

Na opinião do Secretário de Planejamento e Orçamento do TJBA, Pablo Moreira, a consulta é uma forma de democratizar a elaboração das metas, e, ao demonstrar quais são suas necessidades, quem ganha é o cidadão. “Quando você escuta a opinião de quem é operador do Direito e do cliente maior desses operadores do Direito, que é o jurisdicionado, você direciona recursos e planeja ações para a realização dessas necessidades”, diz Moreira.

**Próximos passos** - O objetivo é que, após a consulta pública, os segmentos de Justiça consigam chegar a uma proposta inicial de metas, que sirva como ponto de partida para os debates locais, possibilitando que os representantes das redes de governança colaborativa dos tribunais – instituídas em 2013 pelo CNJ – possam interagir com um maior número de magistrados e servidores. As propostas de metas serão apresentadas na Reunião Preparatória para o Encontro Nacional do Poder Judiciário, que será realizada no dia 27 de agosto.

A proposta final será submetida à aprovação definitiva no XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em novembro, em Brasília/DF. (Fonte: CNJ)

## CNJ aprova proposta orçamentária de R\$ 231 milhões para 2019



Os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovaram, nesta terça-feira (7/8), na abertura da sua 275ª Sessão Ordinária, a proposta orçamentária para o ano de 2019 apresentada pela ministra Cármen Lúcia, presidente do CNJ. A proposta, que será encaminhada ao Congresso Nacional, é de R\$ 231,178 milhões, o que representa um aumento de 4,7% em relação ao orçamento do Conselho em 2018, que é de R\$ 220,770 milhões.

A correção de 4,7% representa o referencial informado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como limite a ser observado na proposta orçamentária para 2019. O aumento entre um ano e outro se deveu, conforme explicado pela ministra Cármen Lúcia, ao contingenciamento de gastos feito no ano passado. “Tivemos uma administração extremamente austera para que a nossa contribuição como órgão do Poder Judiciário se fizesse, atendendo a esse momento que estamos vivendo no país”, disse a ministra Cármen Lúcia.

Os valores referentes à atividade fim do Conselho, como correições, pesquisa, programas e projetos, ficaram mantidos no mesmo patamar de 2018. De acordo com a ministra Cármen Lúcia, a proposta está adequada à Constituição Federal e à legislação. “O valor é suficiente e adequado para as despesas necessárias para o desempenho das atividades do CNJ e de acordo com projeções feitas, já cogitando a nova administração do ministro Dias Tofolli, que poderá contar exatamente com valores necessários para os seus desempenhos”, disse a ministra. (Fonte: CJF)

### Aniversariantes

**Hoje:** Humberto Melo Souza Neto (Ilhéus), Ludmila de Argolo Santos da Costa (Jequié) e Nilson M. de Albuquerque (Mega Service). **Amanhã:** Rossana Paulino Izac Leite (NUCOM), Milena Vinhas da Silva (Turma Recursal), Heverton de Jesus Paiva (Barreiras), Luma Motta Fernandes (Vitória da Conquista) e Roberto Conceição dos Santos (CS Gestão & Serviço).

**Parabéns!**

Tribunais de todos os segmentos de Justiça realizaram, este ano, atividades para garantir a participação dos cidadãos na escolha das metas nacionais do Poder Judiciário para 2019. Vinte Tribunais Estaduais (TJs) do Brasil se uniram na realização de uma consulta pública, realizada por meio de uma plataforma hospedada no site do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), na qual foi possível emitir opiniões sobre quais devem ser as prioridades da Justiça em seu Estado.

A consulta pública, cujo prazo terminou no dia 1º deste mês e teve participação de 4.137 pessoas – 57% servidores – é resultado da aplicação da Resolução 221, de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A norma ampliou a participação de magistrados, servidores e de toda a sociedade na elaboração das metas nacionais, ao estabelecer princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Po-

## Inscrições abertas para Curso de Elaboração para Cálculos Previdenciários

Estão abertas as inscrições para o Treinamento sobre Cálculos Previdenciários sob a instrução de Marcos Antônio da Rocha – SECAJ/NUCJU. As aulas de cunho presencial incluem na grade conteúdos voltados para Auxílio-doença; Conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez; Aposentadoria especial; Aposentadoria por tempo de contribuição (com e sem fator previdenciário); dentre outros.

A carga horária é de 15 horas, e está prevista a formação de duas turmas. A Turma 1 inicia as aulas no dia 13/08 e finalizam no dia 17/08. Sempre no turno matutino, das 9h às 12h. O período da Turma 2 ainda será definido.

Os interessados devem se inscrever através do e-mail: seder.ba@trf1.jus.br

## ECONOMIZE MATERIAIS DE EXPEDIENTE

Reduzir o consumo é transformar o mundo!

- SOMENTE SOLICITE MATERIAIS NECESSÁRIOS**  
Para não passarem do prazo de validade, solicite apenas quantidades. Após a validade as canetas secam, as colas e os durex perdem o grude, etc.
- COMPARTILHE COM SEUS COLEGAS OS MATERIAIS**  
Um grampeador, uma régua, um extrator de grampos, uma calculadora, uma tesoura e um perfurador, são o suficiente para uma sala.
- MATERIAIS DEFEITUOSOS DEVEM SER DEVOLVIDOS**  
Caso você receba materiais defeituosos, não descarte. Os fornecedores têm a obrigação de proverem materiais de qualidade e normalmente a garantia é de um ano, por consequência nossa obrigação é devolvê-lo à empresa.
- MATERIAIS EM DESUSO DEVEM SER DEVOLVIDOS**  
Devolva também seu material em desuso. Outras pessoas podem estar precisando deles.

O consumo consciente inclui o uso responsável dos materiais. Tenha cuidado com o manejo e evite perdas. **Conscientize-se!**



Sustentabilidade na SJBA  
Conceito original: UFSC